

JUSTIÇA SOCIAL E BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ANTIRRACISTA

SOCIAL JUSTICE AND ANTIRACIST LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE

Kimberly Black
Chicago State University

RESUMO

O presente artigo se refere à palestra de encerramento ministrada pela Professora Kimberly Black, da *Chicago State University*, no Encontro Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas (I EIBNA). Encontra-se estruturado a partir da (i) posição da autora enquanto palestrante, afro-americana e bibliotecária negra; (ii) posteriormente discute sobre os problemas do racismo e as promessas do antirracismo; (iii) discorre sobre antirracismo na Biblioteconomia e Ciência da Informação; (iv) revisita os documentos e orientações internacionais para desenvolver um plano de ação visando a promoção da justiça racial, por meio da profissão bibliotecária e, por fim, indica estratégias para justiça social em comunidades antirracistas por intermédio da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Palavras-Chave: Justiça Social. Racismo. Antirracismo. Biblioteconomia. Ciência da Informação.

ABSTRACT

This article refers to the closing lecture given by Professor Kimberly Black, from Chicago State University, at the International Meeting of Black and Antiracist Librarians (I EIBNA). This article is structured around (i) the author's position as a speaker, African-American and black librarian; (ii) later discusses the problems of racism and the promises of anti-racism; (iii) discusses anti-racism in Librarianship and Information Science; (iv) revisits international documents and guidelines to develop an action plan aimed at promoting racial justice, through library professional and, finally, indicates strategies for social justice in anti-racist communities through Librarianship and Information Science.

Keywords: Social justice. Racism. Anti-racism. Librarianship. Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Eu gostaria de agradecer aos estimados organizadores da conferência por criar um evento tão maravilhoso e por me dar o grande privilégio de compartilhar meus pensamentos em diálogo com vocês sobre este importante tema: “os desafios dos bibliotecários negros e antirracistas na construção de um -sociedade racista, emancipada e comprometida com a diversidade”. Minha palestra é intitulada **Justiça Social e Biblioteconomia e Ciência da Informação Antirracista**. Peço desculpas por falar apenas inglês. Espero que você ignore minhas limitações linguísticas.

2 MINHA POSICIONALIDADE

Antes de começar, gostaria de informar um pouco sobre mim e informá-lo sobre minha posição e minha identidade, para que você saiba de onde estou quando eu falo. Sou uma afro-americana, bibliotecária negra dos Estados Unidos da América (EUA) e educadora de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

“Afro-Americano” é um termo amplo no contexto dos Estados Unidos. Pode descrever indivíduos de ascendência africana que têm uma longa história familiar de gerações nos EUA, bem como imigrantes mais recentes de nações africanas, europeias e caribenhas. Eu descendo de indivíduos africanos que foram trazidos para as Américas acorrentados contra sua vontade e escravizados nos EUA por muitas gerações. De acordo com a tradição familiar, nosso sobrenome, “Black” era uma forma abreviada de “Blackstock”, que era como éramos descritos nos livros contábeis das *plantations* no meio do Tennessee, onde meus ancestrais foram escravizados por gerações.

Minha família não adotou o sobrenome dos ex-proprietários das *plantations* brancos como muitas famílias negras fizeram na época quando foram emancipadas – em vez disso, eles recuperaram sua descrição atribuída como propriedade e tomaram-na como um nome e, em seguida, redefiniram e transformaram no legado vivo de família que perdura até hoje.

Em vez de reivindicar o legado de antigos mestres brancos como um nome, minha família escolheu a si mesma como uma fonte para o nome. Tenho muito orgulho do meu nome e do que meu nome significa, porque significa que não fomos destruídos pela Maafa – a Grande Tragédia que conecta todos nós, de ascendência africana, à contradição moderna em que todos vivemos atualmente.

Nós não morremos. Você não morreu. Estamos todos aqui juntos em um lugar e de uma forma que nossos ancestrais mal poderiam ter sonhado, mas provavelmente de alguma forma perceberam,

porque eles continuaram na esperança de que um dia estaríamos aqui e que continuaríamos o trabalho.

Trabalho na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação há quase 30 anos. Faço parte de uma profissão que luta para reconhecer seu próprio racismo e cumplicidade com estruturas institucionais de opressão, exclusão e injustiça, e que tem adotado inúmeras estratégias para se apresentar como neutra em relação à raça. Meu trabalho acadêmico inicial se concentrou na compreensão de como certos processos e práticas neutras em termos de raça no desenvolvimento de coleções de bibliotecas resultaram na exclusão sistemática de vozes de mulheres negras em coleções acadêmicas. Como as bibliotecas acadêmicas coletam para a posteridade, a ausência de nossa sabedoria registrada em coleções acadêmicas é uma atrocidade intelectual para todos os povos do futuro.

Meu primeiro emprego foi como bibliotecária de referência acadêmica em uma universidade que atendia estudantes não tradicionais em um centro urbano no sul dos Estados Unidos. Depois de ganhar meu *Ph.D* em *Library and Information Science*, atuei como um membro do corpo docente da Universidade de Kentucky, onde fui apenas a segunda pessoa de ascendência Africana a ocupar um cargo no corpo docente do departamento de *Library and Information Science*. Mais tarde, eu atuei na Escola de Biblioteconomia da Universidade de Tennessee, onde novamente fui a segunda pessoa de ascendência Africana a servir no corpo docente da sua Escola de Biblioteconomia. Esta foi uma vitória pessoal para mim, porque minha mãe não foi autorizada a frequentar a Universidade do Tennessee por causa da segregação.

Em minha universidade atual, sou a única integrante do corpo docente de meu Departamento que é afrodescendente. Minha experiência mostra a necessidade profunda de mais educadores negros em Biblioteconomia e Ciência da Informação para desenvolver as futuras gerações de bibliotecários. Tomei a decisão incomum de entrar para o corpo docente da escola de Biblioteconomia da *Chicago State University (CSU)*. A *Chicago State University* é uma pequena universidade urbana que tem a designação federal dos EUA de “Instituição Predominantemente Negra” [*Predominantly Black Institution - PBI*]. A PBI é especializada na educação de estudantes negros que vêm de famílias em situação de pobreza econômica. Na época, o programa de Biblioteconomia da CSU estava buscando o credenciamento inicial pela *American Library Association (ALA)*. Tornei-me a presidente do programa e o liderei para obter a acreditação da ALA em 2018. Atualmente, o programa de *Library and Information Science* da *Chicago State* é um dos dois únicos ALA programas credenciados em universidades que têm uma missão específica de servir estudantes negros. Portanto, tenho orgulho

de ser uma bibliotecária negra e educadora negra de Biblioteconomia dedicada a desenvolver a comunidade por meio do trabalho em nosso campo.

Acabei de compartilhar muito sobre mim. Aqui está como vou estruturar o restante de minha fala: Em primeiro lugar, delinearei algumas dimensões dos problemas do racismo e da promessa do antirracismo. A seguir, descreverei por que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação (BCI) são importantes para alcançar o antirracismo e por que bibliotecários negros são importantes [*Black Librarians Matter* - BLM]. Finalmente, terminarei com uma discussão sobre a forma de avançar na agenda antirracista globalmente através do trabalho de praticantes em BCI, particularmente o trabalho de bibliotecários negros.

3 OS PROBLEMAS E A PROMESSA

O racismo apresenta problemas óbvios para a sociedade, enquanto seu antídoto, o antirracismo, contém uma promessa infinita de criar um mundo justo. Todos nós entendemos que raça é uma categoria social, ideológica e política, e não biológica. Para começar a discutir as dimensões dos problemas do racismo, começarei com uma definição simples do mesmo.

A *Anti-Defamation League* (ADL) define o racismo como:

As categorias nas quais a sociedade coloca os indivíduos com base nas características físicas... Embora muitos acreditem que a raça é determinada pela biologia, agora é amplamente aceito que *esse sistema de classificação foi, de fato, criado por razões sociais e políticas*. Na verdade, existem mais diferenças genéticas e biológicas dentro dos grupos raciais definidos pela sociedade do que entre grupos diferentes. (ADL 2021, s.p., tradução minha)

Portanto, o racismo é uma ferramenta social e política que pode ser usada por um grupo para obter vantagem injusta sobre outro com base em uma coleção arbitrária de características físicas.

Existem outras definições e abordagens para o problema do racismo, e talvez a minha favorita seja aquela expressa pela ganhadora do Prêmio Nobel, Toni Morrison. Toni Morrison e outros há muito especulam que a essência do racismo é a branquitude como ideologia, e Morrison vai tão longe ao sugerir que o problema do racismo - da branquitude - é algo que deveria ser enfrentado exclusivamente pelos brancos. Em uma entrevista com Charlie Rose que foi ao ar em 7 de maio de 1993, ela pergunta retoricamente aos brancos:

O que é você sem racismo? Você é bom? Ainda é forte? Você ainda é inteligente? Você ainda gosta de si mesmo? [...] essas são as perguntas [...] parte dela é, sim, a vítima, como é terrível para os negros [...] [Porém] eu não sou uma vítima. Eu me recuso a ser uma. Meu sentimento é que as pessoas brancas têm um problema muito, muito sério e que *eles* deveriam começar a pensar sobre o que *eles* vão fazer sobre isso. Me tire dessa. [...]

Morrison resiste ao imperativo de que os negros sejam responsáveis por encontrar as soluções para o racismo, quando é a patologia dos brancos que os brancos devem enfrentar dentro de sua própria psique. Em muitos níveis, concordo com Morrison, no entanto, não me sinto confiante de que os brancos sejam totalmente capazes de fazer esse trabalho sem a ajuda considerável de *pessoas de cor*¹. Eu gostaria de me concentrar em uma forma mais perniciosa de racismo que é relevante para uma discussão de nossas instituições, como as bibliotecas, ou seja, o *racismo sistêmico*. O racismo sistêmico é:

[...] uma combinação de *sistemas, instituições e fatores* que beneficiam os brancos e as pessoas de cor, causam danos generalizados e desvantagens no acesso e nas oportunidades. Uma pessoa ou mesmo um grupo de pessoas não criou o racismo sistêmico, ao contrário: (1) é baseado na *história de nossas leis e instituições* que foram criadas com base na supremacia branca;* (2) *existe nas instituições e políticas* que favorecem os brancos e prejudicam os negros; e (3) *ocorre na comunicação e comportamento interpessoal* (por exemplo, calúnias, *bullying*, linguagem ofensiva) que mantém e apoia as desigualdades sistêmicas e o racismo sistêmico. (ADL, 2021, s.p., grifo meu)

Nossas instituições, como as bibliotecas, são estruturas sociais críticas que moldam nossa realidade. Nascemos em um mundo já habitado pelas instituições que moldam e reforçam a forma como percebemos a realidade, conforme sugerido em *Social Construction of Reality* (1966), de Berger e Luckmann. Parte do esforço para dismantelar o racismo sistêmico na sociedade é identificá-lo e eliminá-lo dos processos e práticas inconscientes que moldam e permitem que nossas instituições funcionem. É muito difícil descobrir esses processos institucionais inconscientes que resultam em racismo sistêmico. Por exemplo, em meus primeiros trabalhos, explorei os padrões de coleta da escrita de mulheres negras contemporâneas em coleções de bibliotecas de pesquisa acadêmica. Descobri que a forma literária expressiva predominante para as mulheres afro-americanas era a poesia, não a prosa, no entanto, as ferramentas, práticas e processos usados pelos bibliotecários para

¹ Nos Estados Unidos, pessoas de cor é termo utilizado para se referir a pessoas de origem africana, indígena, asiática, entre outros grupos não-brancos. Mantivemos a tradução com a palavra escolhida pela autora.

tomar decisões de seleção para coleções acadêmicas privilegiavam obras de prosa em vez de obras de poesia. Poucas das bibliotecas de pesquisa acadêmica em meu estudo priorizaram a coleção de poesia e muitas obras de grande valor intelectual escritas por mulheres negras não foram coletadas por causa de sua forma expressiva. Esses processos sutis, que na superfície parecem não ter nada a ver com raça, resultam sistematicamente em coleções tendenciosas.

Em resumo, tomando emprestado um título da escritora sul-africana Bessie Head, raça é basicamente “uma questão de poder”. Quando discutimos racismo, estamos tratando de lutas pelo poder. Alex Zamalin observa isso quando afirma que “os Antirracistas definem o racismo como baseado não na natureza, mas no poder arbitrário --- o direito de suprimir, excluir, rebaixar, desautorizar e degradar pessoas-- baseado em [...] [um] presumível “direito à dominação” (ZAMALIN, 2019, p. 29). Há algo na ideologia da branquitude que presume que ela tem o direito de dominar os outros e de deter e exercer o poder. Todas as nossas instituições e atores institucionais estão implicados no racismo que é endêmico na sociedade global contemporânea por causa do legado compartilhado e da continuação do colonialismo e do imperialismo.

Então, se o racismo é um jogo de poder, então o antirracismo também é uma questão desse mesmo poder ou como o abolicionista do século XIX, Frederick Douglass citou: “o poder não concede nada sem uma demanda”. Este é o papel apropriado do antirracista - exigir justiça até que haja uma concessão.

Alex Zamalin delineou um dos problemas insidiosos do antirracismo em seu livro, *Antiracism: an Introduction*. Ele sugere que a definição mais simples de um antirracista é um indivíduo que professa “não ser racista”, ou que vê o racismo como incompatível com a democracia. Zamalin continua a observar que “quase todos os americanos hoje podem se autodenominar antirracistas” (ZAMALIN, 2019, p.6) se esta for a definição de trabalho. Acho que é aqui que vejo problemas na profissão de bibliotecário: bibliotecários ou instituições bibliotecárias confundem o ato de fazer declarações condenando o racismo com ser realmente antirracista. O antirracismo é melhor compreendido como ações que resultam em mudanças nos sistemas e estruturas que criam justiça para as pessoas de cor. Antirracismo tem muitas dimensões e discutirei três delas. A primeira dimensão do antirracismo está na teoria e na ideologia. Em seu estudo da história do antirracismo, Zamalin (2019, p. 14) explica que o pensamento e a teoria antirracistas vêm de experiências vividas e que a teoria antirracista nascente cresce a partir de condições duradouras de opressão. Portanto, a justiça pode ser definida como liberdade; justiça é “o direito de florescer, de amar, de desfrutar e de viver uma vida boa”.

Filosoficamente, esta é a essência do antirracismo - é a vontade das pessoas de cor “florescerem, amorem e viverem uma vida boa”.

A segunda dimensão de antirracismo está nas histórias, narrativas e mitos. Zamalin (2019, p. 13) privilegia a abordagem humanística para compreender a realidade política, social e material. Ele afirma que:

Os antirracistas exemplificaram [...] [a] tradição afro moderna, que nasceu da luta da diáspora negra contra a escravidão em todo o mundo [...] A identidade social para o antirracista foi entendida como sendo construída de maneiras que a modernidade euro não apreciou totalmente - por meio de mitos e narrativas sobre o valor humano, sobre quem contou e quem não contou - ao invés de simplesmente por meio de instituições políticas.

Portanto, nossas histórias e mitologias são nosso poder de nos reconstituir e simplesmente estar no mundo. É por isso que comecei minha palestra compartilhando a história da minha família com você sobre o nosso nome. As histórias são fontes de grande poder para o antirracismo.

A dimensão final, e talvez a mais crítica do antirracismo, é a ação. O antirracismo é alcançado por meio de ações políticas para promover mudanças estruturais no mundo que apoiem a liberdade e a justiça. Zamalin sugere que a expressão máxima do antirracismo é por meio de ações políticas que permitem mudanças estruturais - mudanças em nossos sistemas, processos e instituições. Ou, como afirma Zamalin,

[...] certas formas de encarnar engajamento político incorporam [...]. [o espírito do antirracismo] muito mais plenamente do que outras [...] Enfocar nas mudanças estruturais é mais importante do que transformações individuais ou interpessoais. Acabar com o encarceramento em massa e a brutalidade policial é melhor do que os esforços de reconciliação racial. Abordar as disparidades raciais na riqueza por meio de políticas de redistribuição socioeconômica é melhor do que fazer compras em empresas de propriedade de negros. Essas atividades nunca são mutuamente exclusivas, mas aquelas que tratam de estruturas são melhores - não por razões filosóficas ou morais, mas porque a história mostra que elas funcionaram no passado e afetam amplamente mais pessoas. (ZAMALIN, 2019, p. 23)

Assim, ao explorar o conceito de antirracismo, ele privilegia o engajamento político como expressão dele - um antirracista é alguém que age para criar mudanças, e não alguém que meramente professa. Antirracismo é ação transformadora.

4 ANTIRRACISMO E A BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta parte de minha palestra, discutirei por que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação são importantes para criar as condições para a justiça racial e o antirracismo em nossas comunidades e no mundo. Também discutirei por que os bibliotecários negros são essenciais nesse esforço.

Vou começar com uma confissão vergonhosa. Eu falhei como antirracista. Uma década atrás, eu realmente acreditava que se pudesse ajudar um Programa de Educação em Biblioteconomia em uma universidade negra a obter o credenciamento da *American Library Association*, que é exigido para a maioria dos empregos de bibliotecário dos Estados Unidos, então esse Programa serviria a fins antirracistas, produzindo bibliotecários negros com poderes para criar mudanças em suas comunidades.

Ao trabalhar no credenciamento parecia que eu estava escalando o topo de uma montanha enorme e quando cheguei ao topo e o Programa foi credenciado, eu olhei para ele e fiquei triste. Eu vi que nosso Programa de Biblioteconomia no Estado Chicago em grande parte parecia o *status quo* da Biblioteconomia branca e que o nosso Programa estava reproduzindo o mesmo tipo de tradicionais bibliotecários que poderiam facilmente se encaixar na conservadora profissão branca da Biblioteconomia. Para obter o credenciamento, um programa precisa se parecer com as instituições que geram o racismo na profissão. Temos mais alunos negros em nosso Programa, mas estamos equipando-os com as mesmas ferramentas que qualquer outra Escola de Biblioteconomia em uma instituição branca. O processo de acreditação produz uniformidade. É mais um daqueles processos que sustentam a máquina do racismo sistêmico. Portanto, embora possamos atrair mais pessoas negras para a profissão, não estou convencida de que nossos graduados serão capazes de mudar alguma coisa simplesmente porque são negros. E ser negro em uma profissão branca, embora difícil, simplesmente não é o suficiente para fazer uma mudança social.

Um Programa de Educação em Biblioteconomia tem como produzir graduados que aderem às normas da profissão, porque uma das primeiras coisas que é feita para aqueles que são novos para o campo é para socializa-los na profissão como ela é atualmente. Os educadores de Biblioteconomia socializam os alunos para a profissão como ela é - não para a profissão que deveríamos ser. Este é o meu fracasso. E o reconhecimento dessa falha aponta para uma solução. É por isso que estou fazendo um trabalho mais deliberado em antirracismo agora. Como uma educadora de bibliotecários, preciso

lançar uma visão forte e clara para uma profissão ideal que não ainda existe, e para um bibliotecário que pode criar e apoiar a justiça racial em nossas comunidades imperfeitas.

Bibliotecários negros são importantes. Como sugeri anteriormente em minha discussão sobre Toni Morrison, os negros têm um papel único em ajudar os brancos a entender o privilégio branco e a confrontar a ideologia da branquitude da qual se beneficiam. Bibliotecários negros podem ser um espelho para práticas racistas sistemicamente arraigadas no campo.

Os bibliotecários possuem habilidades únicas e uma posição social singular que os torna agentes eficazes para a mudança estrutural antirracista nas comunidades. Os bibliotecários têm uma compreensão profunda da alfabetização – da contação de histórias, da cultura narrativa e expressiva que podem ser aproveitadas para apoiar a agenda antirracista. Os bibliotecários também ocupam uma posição única de confiança em suas comunidades; os bibliotecários são percebidos como conhecedores, prestativos e têm a confiança dos membros de suas comunidades. Finalmente, as bibliotecas contêm espaços (físicos e virtuais) que podem conter e apoiar diálogos comunitários construtivos sobre as dimensões de raça e poder na vida comunitária. As bibliotecas podem se tornar incubadoras para a compreensão da comunidade.

Para que a justiça racial prospere em uma comunidade, é preciso haver “vontade política”. Os membros da comunidade precisam realmente querer ver a justiça racial na medida em que se envolverão em processos políticos construtivos para buscá-la. Os bibliotecários podem alavancar suas coleções, seu acesso à informação e seus serviços e programas para nutrir a vontade política entre os membros da comunidade. Muitos dos jovens ativistas comunitários e jovens de mentalidade cívica que tenho visto não estudaram a história do racismo ou a história da ação coletiva para a mudança social. Relatos históricos populares do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos apresentam a ideia de que os protestos pelos direitos civis nas décadas de 1950, 60 e 70 aconteceram espontaneamente ou aconteceram com pouco planejamento.

No entanto, líderes dos direitos civis como Rosa Parks e Martin Luther King Jr. dedicaram uma quantidade significativa de tempo para estudar e se educar na filosofia e técnicas de mudança social não violenta na *Highlander Folk School* (agora chamada *Highlander Research and Education Center*) em *New Market*, Tennessee. Todo o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos foi um exercício tático conduzido com precisão por pessoas bem-educadas, bem treinadas e altamente disciplinadas que estavam dispostas a arriscar tudo pela justiça.

Os bibliotecários podem equipar os membros da comunidade com o conhecimento necessário para promover mudanças com eficácia. É essencial que os ativistas aprendam antes de agir. As bibliotecas

públicas normalmente têm o objetivo de encorajar e fomentar o engajamento cívico em suas comunidades de serviço. Os bibliotecários podem usar suas coleções, suas plataformas e espaços para engajamento cívico para educar as comunidades sobre o engajamento efetivo dos processos políticos, bem como cultivar intencionalmente a vontade política das pessoas para exigir justiça.

5 REALIZANDO A JUSTIÇA SOCIAL E COMUNIDADES ANTIRRACISTAS POR MEIO DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção final de minha palestra, sugiro que nós e a profissão procuremos documentos e orientações internacionais para desenvolver um plano de ação para promover a justiça racial por meio do trabalho em nosso campo. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os princípios básicos de antidiscriminação em sua **Declaração Universal dos Direitos Humanos**:

O artigo 7 afirma que “Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer discriminação, a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole esta Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.” Desde então, a ONU fez muitas declarações e resoluções e criou Relatores Especiais para apoiar a eliminação do racismo. Muitos desses esforços fazem solicitações específicas de profissionais da informação para combater o racismo. Vou citar alguns:

- (i) **Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial - Resoluções 1904 (XVIII) adotadas pela Assembleia Geral, em 20 de novembro de 1963:** O Artigo 8 afirma que “Todas as medidas eficazes devem ser tomadas imediatamente nas áreas de ensino, educação e informação, com vistas a eliminar a discriminação e o preconceito racial e promover a compreensão, tolerância e amizade entre as nações e grupos raciais.”
- (ii) Muitos países adotaram a **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**, adotada e aberta à assinatura e ratificação por Resolução da Assembleia Geral 2106 (XX) o n 21 de dezembro de 1965. O Artigo 7 desta convenção declara que os países que a assinaram concordaram em “comprometer-se a adotar medidas imediatas e eficazes, especialmente nas áreas de ensino, educação, cultura e informação, com vistas a combater os preconceitos que levam à discriminação racial e a promovendo compreensão, tolerância e amizade entre nações e grupos raciais ou étnicos.”

(iii) **Declaração das Nações Unidas sobre Raça e Preconceito Racial:** Adotada e proclamada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em sua vigésima sessão, em 27 de novembro de 1978. O Artigo 5.2 da declaração afirma que

Os Estados, [...] têm a responsabilidade de zelar para que os recursos educacionais [...] sejam usados para combater o racismo, mas especialmente garantindo que os currículos e os livros didáticos incluam considerações científicas e éticas relativas à unidade e diversidade humanas e que nenhuma distinção invejosa seja feita em relação a qualquer pessoa; [...] disponibilizando os recursos do sistema educacional a todos os grupos da população, sem restrição ou discriminação racial [...]

(iv) **A Declaração de Durban e Programa de Ação - Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância** de setembro de 2001. A Declaração de Durban novamente afirmou os princípios de igualdade e não-discriminação como direitos humanos essenciais e estados (países) com a responsabilidade primária de combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata. A Declaração encorajou o desenvolvimento de planos de ação nacionais abrangentes para erradicar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata. Também apelou às instituições nacionais (incluindo bibliotecas) para reforçar a legislação nacional e a administração da justiça para as vítimas de racismo e discriminação.

(v) Resolução do Conselho de Direitos Humanos 7/34 - **Mandato do Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada**, de 28 de março de 2008. Este mandato estabeleceu um Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Os Relatores Especiais são formados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em resposta a uma necessidade urgente de direitos humanos. Este Relator Especial foi encarregado de

reunir, solicitar, receber e trocar informações e comunicações com todas as fontes relevantes, sobre todas as questões e alegadas violações ... e investigar e fazer recomendações concretas, a serem implementadas nos níveis nacional, regional e internacional, com a fim de prevenir e eliminar todas as formas e manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Após a agitação global e protesto contra a morte de George Floyd por violência policial em 25 de maio de 2020, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos investigou e emitiu dois relatórios: **Agenda para a mudança transformadora para a justiça racial e igualdade**. Os relatórios afirmavam coletivamente os quatro seguintes imperativos:

1. Inverter culturas de negação, desmantelando o racismo sistêmico e acelerando o ritmo de ação;
2. Acabar com a impunidade por violações dos direitos humanos por parte de encarregados da aplicação da lei;
3. Garantir que as vozes dos afrodescendentes [...] sejam ouvidas e que suas preocupações sejam atendidas;
4. Enfrentar legados [de racismo] por meio de responsabilização e reparação.

(vi) Esses imperativos foram descritos nas Nações Unidas, **Resolução 43/1 do Conselho de Direitos Humanos**. Minha recomendação é que a comunidade global de Biblioteconomia e Ciência da Informação, que inclui educadores, acadêmicos e profissionais, integre esse plano de ação em seu pensamento e em sua prática.

Aqui está um resumo do que devemos fazer:

1. **“STEP UP” [UM PASSO ADIANTE]**: os membros da profissão e todas as nossas associações e instituições precisam parar de negar a existência do racismo e precisam desmantelar sistemas, infraestruturas e processos que viabilizam o racismo sistêmico. Precisamos reconhecer que historicamente praticamos o racismo em nossa profissão e que esse racismo está profundamente enraizado em nossas ferramentas, nossas ideias, nossos processos e nossas práticas cotidianas. Estruturas sistemicamente racistas incluem nosso esquema organizacional e taxonomias, nossas práticas de descrição, nossos padrões de preservação, nossas coleções, em como organizamos e usamos nossas instalações, em nossos serviços e programação e em nossas tecnologias. Nós também precisamos desmantelar o racismo sistêmico em nossas bibliotecas como locais de trabalho.
2. **“PROCURAR A JUSTIÇA”** - individual e coletivamente, precisamos promover ativamente a justiça racial. Podemos fazer isso equipando nossas comunidades com informações que reflitam com precisão o registro histórico sobre raça e fornecendo informações factuais sobre as persistentes desigualdades de resultados devido ao racismo. Além de informar nossas comunidades, podemos ajudar a moldar seu pensamento com educação aprimorada em informação e alfabetização midiática que revelam o racismo sistêmico nas estruturas sociais

e por meio da desconstrução das mensagens da mídia. Finalmente, podemos oferecer nossos espaços e recursos para ajudar nossas comunidades a se organizarem para buscar a justiça.

3. **“LISTEN UP” [OUÇA]** - Nós devemos fornecer estruturas, espaços, plataformas e oportunidades para pessoas de ascendência Africana serem ouvidas. Devemos gravar e preservar suas vozes para a posteridade. Isso inclui garantir que obras expressivas de afrodescendentes sejam coletadas, disponibilizadas e preservadas. Nossas histórias e mitologias sociais precisam incluir as diversas perspectivas dos indivíduos de ascendência a Africana. Devemos dizer a verdade sobre o impacto sempre crescente da diáspora negra e como ela informa os processos de globalização.
4. **“REDRESS” [REPARAÇÃO]** - Precisamos oferecer justiça reparadora às nossas comunidades, que pode incluir serviços e recursos aprimorados, especializados e aumentados em resposta a longos legados de desinvestimento. A reparação também pode incluir atos e processos de reconciliação, especialmente nos casos em que as reparações são difíceis.

Para concluir, minha esperança é por transformação e libertação. Minha esperança é por justiça racial e a habilidade de todos os negros de florescerem, amarem, desfrutarem e viverem uma vida boa. Em nosso trabalho como profissionais de bibliotecas, temos a capacidade de criar comunidades racialmente justas que celebrem a dignidade e a majestade de nossa humanidade compartilhada. Obrigado pelo seu tempo.

REFERÊNCIAS

ANTI-DEFAMATION LEAGUE – ADL. George Floyd, Racism and Law Enforcement (in English and en Español). *ADL: Fighting hate for good*, New York, April. 2021. Disponível em: <https://www.adl.org/education/resources/tools-and-strategies/george-floyd-racism-and-law-enforcement-in-english-and-en> Acesso em: 10 agosto 2021.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The Social Construction of Reality: a Treatise in the Sociology of Knowledge*. New York: Anchor Books, 1966.

KIRKLAND, J. Toni Morrison Broke Down the Truth About White Supremacy in a Powerful 1993 PBS Interview. *Esquire*, [s.l.], Aug 6, 2019. Disponível em: <https://www.esquire.com/entertainment/books/a28621535/toni-morrison-white-supremacy-charlie-rose-interview-racism/> Acesso em: 10 agosto 2021.

UNITED NATIONS. *Agenda towards transformative change for racial justice and equality*. New York: UN, 2020a.

UNITED NATIONS. *Implementation of HRC Resolution 43/1 and seminal report*. New York: UN, 2020b.

UNITED NATIONS. *Special Rapporteur on contemporary forms of racism*. New York: UN, 2008.

UNITED NATIONS. *World Conference Against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance: Declaration and Programme of Action*. New York: UN, 2001.

UNITED NATIONS. *Declaration on Race and Racial Prejudice*. New York: UN, 1978.

UNITED NATIONS. *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*. New York: UN, 1965.

UNITED NATIONS. *Resolutions adopted by the General Assembly 1904 (XVIII)*. United Nations Declaration on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. New York: UN, 1963.

UNITED NATIONS. *Universal Declaration of Human Rights*. New York: UN, 1948.

ZAMALIN, A. *Antiracism: an introduction*. New York: New York, 2019.

